DEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO - LEI 17.202/2019.

Processo nº **1020.2021/0005861-3**

DEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO - LEI 17.202/2019.

Processo nº **1020.2020/0009177-5**

DEFERIDO nos termos da Lei nº 17.202/2019 e respectivo Decreto regulamentador. Expeça-se o CERTIFICADO DE REGULARIZAÇÃO - LEI 17.202/2019.

Processo SEI: 1020.2021/0011961-2

Interessado: EVANDRO PACHECO.

O processo de número **6111-21-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.

Ação originária do autodeclaratório.

Processo SEI: 1020.2021/0009348-6

Interessado: SERGIO LUIZ FERNANDES FILHO.

O processo de número **4221-21-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/HMP)** foi deferido.

DEFERIDO PEDIDO DE ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA NOS TERMOS DA LEI 16050/2014, LEI 16402/2016, LEI 16642/2017 E DECRETO 57776/17.

Processo SEI: 1020.2021/0011954-0

Interessado: Claudio Guedes Monteiro.

O processo de número **6085-21-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.

Ação originária do autodeclaratório.

Processo SEI: 1020.2021/0011923-0

Interessado: Alberto Rodrigo Martins.

O processo de número **6076-21-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.

Ação originária do autodeclaratório.

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANÇA DE USO

SEGUR-3

SMUL/CONTRU DLR

DESPACHO DA SRª.DIRETORA

6068.2021/0007781-8 ISL BRASIL PROMOÇÃO DE EVENTO LTDA - Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento FEIRA DA GESTANTE, BEBE E CRIANÇA a ser realizado no(a) AV. MAJ. SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA, 16741- data do evento: 01/09/2021 a 05/09/2021 para uma lotação máxima de 500 pessoas.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO SEI Nº 6014.2021/0001162-6

CONCORRÊNCIA Nº 001/SEHAB/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O APOIO AO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO, ABRANGENDO AS ETAPAS DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E OBRAS, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA E URBANA, CONDOMINIAL E DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS DE INTERESSE SOCIAL (HIS) NA CIDADE DE SÃO PAULO, SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB.

Despacho de Abertura de Licitação

I - À vista dos elementos contidos nos autos, em especial as informações SEHAB/DAF/DIL nºs 048936519, 048050400 e 051101790 e SEHAB/PROJ nº 048932162, bem como a Ata de Análise da Consulta Pública nº 002/SEHAB/2021, publicada no DOC do dia 28/08/2021, pg. 91, que **ACOLHO**; os Pareceres SEHAB/AJ nºs 043488228, 044836738 e 048264244, que **ADOTO** como razão de decidir, e no uso das atribuições legais a mim conferidas pela Portaria nº 064/20 - SEHAB.G, com fulcro, conforme o art. 191 da Lei Federal nº 14.133/21, na Lei Federal nº 8.666/93, nas Leis Municipais nº 13.278/02 e 14.145/06, nos Decretos nº 43.406/03 e 46.662/05 e demais normas aplicáveis à espécie:

a) **DECLARO**, em vista do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/00, que a referida despesa possui adequação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA 2021-2022), consoante manifestação da SEHAB/DEPLAN/PLAN no documento SEI nº 048015926;

b) **APROVO**, em observância ao artigo 7º, §2º, I, da Lei Federal nº 8.666/93, o Termo de Referência nº 051011529 e demais elementos técnicos contidos nos autos;

c) **APROVO** a Minuta de Edital acostada no documento nº 051011354, previamente analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica da Pasta nos termos do artigo 38, VI, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como alterada/consolidada, no que coube, por ocasião da recepção de sugestões da Consulta Pública nº 002/SEHAB/2021, nos termos do Decreto nº 48.042/06;

d) **AUTORIZO** a abertura do procedimento licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA**, doravante identificado pela designação alfanumérica **001/SEHAB/2021**, que será julgado objetivamente pelo critério de **TÉCNICA E PREÇO**, visando à contratação de empresa ou consórcio de empresas para execução do objeto em epígrafe;

e) **DESIGNO**, com fundamento no inciso XVI do art. 6º e art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93, a **1ª Comissão Técnica Especial de Licitação (CTEL-1)**, constituída pela Portaria nº 58/SEHAB.G/2021, para análise das propostas técnicas, e a **Comissão Permanente de Licitações (CPL)**, constituída pela **Portaria nº 33/SEHAB.G/2021** e alterações, para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à licitação em referência, naquilo que estiver entre as suas atribuições.

II - Publique-se.

ATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHOS: LISTA 952

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405

6014.2021/0001269-0 - Troca de titularidade

Despacho deferido

Interessados: Eliene Maria da Silva

DESPACHO: Nº SEI 6014.2021/0001269-0/ Desp.: Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI xxxx,que acolho como razão de decidir e passa a integrar apresente decisão, DETERMINO a Troca de Titular Ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do munícipe Pedro Jose Sabino da Silva, CPF: 033-***-***-** para o munícipe Eliene Maria da Silva, CPF: 411-***-***-**

SEHAB/CMH

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

7ª GESTÃO BIÊNIO 2018/2020

Data da Reunião: **24 de junho de 2021**

Local: Realizada através de videoconferência no aplicativo Microsoft Teams

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano 2021, às 14h, na plataforma do aplicativo "Microsoft Teams", reuniram-se para a 15ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão Biênio–2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** Orlando Lindório de Faria (SEHAB), Alcides Alcides Fagotti Junior (SEHAB), Nelson Ferreti Filho (SEHAB), Alexsandro Peixe Campos (COHAB-SP), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Irineu Gnecco Filho (COHAB), Marcos Augusto Alves Garcia (SIURB), Patrícia Maria Drago (SF), Maria José Gullo (SEHAB), Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB), Pedro Caíque Leandro do Nascimento, Márcia Tieko Omoto Yamaguchi (SIURB), Mariana Figueiredo Bertelli (SMUL), Wilson Cabral da Silva (SF), Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências), João Bosco da Costa (ADOCC-SP), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências--UMVASA), Manoel dos Santos Almeida (MDF- Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém), Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista), Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaragua), Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero)

Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Joselia Martins Pereira (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Luiz Cláudio Marcolino (CUT-SP), Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo), Orlando Corrêa da Paixão (AOB-SP), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Arika Adachi (SEHAB/G), EVANIZA (UMMSP), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Mariana Sucupira (SEHAB-DEPLAN), RODRIGO BRUNETTI (SEHAB/ASSIST), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Natalia (CUT--SP), Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco (SMUL/DEUSO) e Dulce Helena dos Passos Santana (Taquigrafia) **Conselheiros (as) ausentes:** Bruna Gadelha da Silva (SEHAB), Anna Carolina de Paula Madrid de Marco (SGM), Giulia Zanganatto (SMUL), Marilena Fajersztan (SMUL), Raul Alves Barreto Lima (SMADS), Fernando José de Souza Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU), Marise Fernandes de Araujo (CEF), Sylvia Ammar Forato (COHAB), Letícia Yoshimoto Simionato (Secretaria Municipal de Gestão), José Ricardo Paoliello (SMUL), Sueli de Paula Santos (SMADS), Rafael Dalla Rosa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Marcos Renato Matsuda de Melo (CEF), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Felicia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste), Veronica Kroll (Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitaria de Moradores na Luta por Justiça), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo ADOCC-SP), Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências--UMVASA), Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP), Carolina Rafaella Ferreira (SECOVI-SP), Mariana Estevão de Souza Moraes (SASP), Denise Antonucci (Mackenzie), Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo) ,Janaina Nascimento (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Inês Granada Pedro (CUT), Fernanda Simon Cardoso (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Maria Alécia Silva Pereira (OAB), Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Marcio Jeha Chede (SECOVI), Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP) e Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH) **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 14ª Reunião Ordinária do CMH de 27/5/2021 (cópia em anexo); 2) Plano Diretor Estratégico (PDE); 3) Informes sobre a Favela Jacareípe para atender ao pedido feito pelo Conselheiro Manoel Santos Almeida na 13ª Reunião Ordinária do CMH de 25/03/2021 - Conselheiro Nilson Edson Leonidas; 4) Outros Assuntos. **Início Reunião: Sr. Orlando:** Primeiro quero falar aqui rapidamente sobre três assuntos, acho que focamos inicialmente nesses cinco primeiros meses numa demanda que estava aqui reprimida aqui na Secretaria, vou repetir, depois vamos falar dela, sobre como está sendo encaminhada na Câmara, que é o Pode Entrar, todo mundo aqui acompanhou, vou falar mais sobre isso, só que acho que já estamos começando a superar, está andando muito bem e eu gostaria aqui de colocar no radar de todos vocês, que começássemos já a pensar, ainda que de forma geral, nas reuniões extraordinárias inclusive, exclusivas dos temas. Sobre o Plano Diretor hoje, eu gostaria que evoluíssemos aqui no Conselho, da participação da Habitação no Plano Diretor, para isso convidamos o pessoal da Secretaria de SMUL para que apresentasse aqui no Conselho como está sendo o processo de formulação da revisão do Plano Diretor, para que começássemos a entrar e formular, quem sabe, uma proposta da Habitação. Então eu acho que superado, ou quase superado, o nosso primeiro desafio, que era o Pode Entrar, eu acho que passamos agora para essa fase da nossa participação no Plano Diretor, então por isso que incluímos na pauta o Plano. Sugiro hoje que escutemos a metodologia da Secretaria de SMUL, e depois cada Conselheiro faça sua consideração, não necessariamente da política habitacional, mas pode ser de metodologia, de construção, como vamos construir nossa participação para a proposta de revisão. Mas também, claro, sem nenhuma limitação, se o Conselheiro já hoje quiser fazer alguma participação de mérito sobre o Plano Diretor, está aberto, mas hoje seria um pontapé inicial sobre o tema. Outro ponto que eu já queria colocar no radar e que acho que eu sentia a necessidade de trazer para vocês aqui, é uma questão sobre a política de habitação na cidade de São Paulo em geral. Em algum momento nós tivemos que explicar para muita gente que o Pode Entrar não necessariamente era a política habitacional da cidade, é um Programa que vocês criaram e tal, que a política é uma coisa muito maior, que abrange diversos programas, diversas discussões, eu acho que também podemos evoluir para institucionalizar uma política na Câmara, que naturalmente essa política vai puxar a nossa conversa para Conferência Municipal de Habitação, que está um pouco suspensa por conta da pandemia, o novo plano. O que estou falando aqui é muito superficialmente, só para compartilhar com vocês um pouco do que eu acho que deve ser a nossa pauta futura das próximas reuniões e quero que vocês ajudem aqui a encaminhar uma proposta de cronograma, sobre esses 2 temas que estamos dispostos a evoluir nisso. Vale o informe sobre o mandato do Conselho, já pedimos para o Riva, que é nosso líder do Governo na Câmara, que na primeira oportunidade que tenha faça a mesma metodologia que o Secretário João Farias fez lá atrás, de incluir o texto de prorrogação do mandato, como nós falamos, então está vendo qual o melhor momento. Até onde consultamos, esse tempo que seria o vencimento do mandato até a prorrogação não é um problema jurídico, devido à excepcionalidade por conta da pandemia, vou dizer para não se preocuparem com isso. enfim, de uma maneira geral, gostaria de dizer que eu gostaria que fosse, junto com vocês, se todos toparem essa pauta futura. Sobre o Pode Entrar, queria primeiro dar os parabéns para esse colegiado, para esse grupo, pela votação de ontem, claro, é em primeira votação, mas ela tem um simbolismo muito grande, foi votada de forma simbólica e unânime. O que significa isso? como eu disse aqui nas outras reuniões, nós viemos da Casa Civil e sabe o quanto é difícil construir um consenso na Câmara. O que significa essa votação de ontem? Significa que foi um projeto, que é uma política de Estado muito bem construída, entre governo e sociedade, partidos políticos, bancadas, então assim eu queria, do fundo do meu coração, parabenizar a cada um de vocês que participaram desse processo de elaboração do texto, ao grupo técnico que se debruçou quase que diariamente aqui no mês de março e abril, eu acompanhei aqui, o Júnior teve o dia-a-dia com o Comitê Técnico, foi um trabalho árduo, que vocês Conselheiros, Jurídico da COHAB, jurídico da SEHAB, Procuradores da PGM, vai, volta, tem que acertar o texto aprovado por vocês aqui e na semana retrasada, se não me engano, ou passada, encaminhamos o texto formalmente para a Câmara, com regime de urgência que o André chegou a sugerir, nós pedimos e o Prefeito aceitou, Ricardo Nunes só pediu para conhecer mais detalhes do projeto antes que encaminhássemos, eu marquei uma reunião com tempo atrás, não sei se vocês viram nas redes sociais, onde eu tive a oportunidade de representar um pouco dos dados da Secretaria e especificamente o Pode Entrar, assim que ele teve conhecimento mandou ampliar, ligou para o presidente Milton Leite, assim como o prefeito Bruno Covas lá atrás tinha feito. O projeto foi para a Câmara, de imediato o regime de urgência já começou a tramitar, foi lido em plenário que o regime de urgência foi acatado pelo plenário. Nós aqui nesse um mês e pouco de tramitação de texto nos órgãos técnicos, toda vez que entrava um vereador aqui para fazer suas demandas nós pontuávamos a construção do Pode Entrar e que iríamos mandar o texto para a Câmara, e com isso fomos construindo o ambiente político para mostrar para a Câmara que o Pode Entrar era um programa que não era do Bruno Covas, não era do João Farias, não era do Orlando, não era de um conselheiro, não era de um movimento, não era de um vereador, ele era da Cidade, era uma política para toda a sociedade, então isso funcionou, e culminou ontem com a votação em primeira atuação do texto exatamente como nós encaminhamos, exatamente como vocês construíram. Então isso é uma vitória muito importante, muito relevante, então os meus sinceros parabéns a todos vocês que participaram de alguma maneira dessa construção e eu acho que vale aqui uma observação, que muitos não me conheciam e quando trouxemos o tema do Pode Entrar, que iríamos para esse caminho de transformar em lei, provavelmente muitas pessoas devem ter ficados ressabiadas, talvez não fosse evoluir, eu acho que demonstramos aqui um processo de confiança, que vocês podem confiar em nós aqui como Secretaria, Governo, nós estamos comprometidos com aquilo que trazemos aqui de propostas, eu acho que essa votação de ontem traduz exatamente o compromisso que eu trouxe para vocês aqui lá atrás, da nossa estratégia daquele cronograma, por mais que tenha atrasado uma semana ou outra, porque a discussão é técnica, é delicada, então às vezes o próprio Conselho pediu vista um pouco mais de tempo, às vezes um procurador pediu para analisar, mas nada que comprometesse o objeto e hoje nós temos ele aprovado em primeira, com o compromisso da casa, da Câmara, de acelerar o processo, se não me engano o Darci perguntou sobre a Audiência Pública, não está agendada ainda a audiência, mas já foi pedido que fosse feita o mais rápido possível, o pedido dos vereadores ao presidente da Câmara é que a votação em segunda ocorra antes do recesso de julho, ou seja, dentro do cronograma inicial nosso, de que teríamos o projeto aprovado até ao meio do ano. Eu queria aproveitar aqui, não sei se vocês têm contato com a vereadora Luana, se não me engano o pessoal que encaminhou o pedido na terça, pedindo para que o projeto fosse votado, ela pediu para o Presidente, o Presidente acatou e o nosso líder de governo concordou, vejam o quão importante é esse processo de um projeto do executivo ser solicitado por uma líder da oposição para ser votado com urgência, com a concordância depois de um Presidente da Câmara de outro partido e isso ir a plenário no dia seguinte e ser votado por unanimidade, então eu acho que isso é motivo de orgulho de todos nós. Agora vamos para essa fase da audiência pública, peço a todos vocês aqui, como Conselheiros, como movimentos, participem da audiência, é importante demonstrar essa unidade em torno do texto que vocês construíram. Nós, como governo, vamos participar, demonstrar também que estamos de acordo com que o Conselho construiu. É natural, legítimo e institucional que a Câmara e seus vereadores de diversos partidos, de diversas ideologias, contribuam agora com o texto, agora vai existir um processo de algumas sessões onde emendas vão vir no texto, então é importante que todo mundo acompanhe esse processo, já estamos sendo demandados por diversos vereadores e bancadas querendo contribuir com ideias das mais diversas, então essas ideais vão surgir, parte delas na audiência pública, parte delas vão surgir no plenário, nas bancadas, então acho que vale a participação de todos, porque de uma forma sadia e democrática, agora os vereadores vão contribuir e evoluir no texto que vocês e nós construímos aqui. Naturalmente, peço que todos acompanhem esse processo para que tenhamos o melhor e mais robusto programa possível aprovado em lei pela Câmara e que consigamos implementar o Programa o mais rápido possível. Enfim, essas eram minhas palavras iniciais, daqui a pouco, dez, quinze minutos, eu vou ter que correr para a reunião com o Prefeito, gostaria de ouvir duas ou três pessoas que se inscreveram sobre essa fala geral e depois gostaria de pedir para o Júnior que assumisse a presidência aqui e tocasse as outras pautas. **Sra. Fátima:** Eu queria falar e parabenizar a todos os companheiros que trabalharam nessa questão da pauta, mas também, Secretário, colocar um pouco a importância da discussão do Conselho e também a importância de todos os movimentos sociais que participaram, a articulação que nós tivemos também com vários vereadores, inclusive com a bancada, várias bancadas, e também ontem na audiência, todos os movimentos, todas as famílias mandaram e-mail também para todos os vereadores para que tivesse essa articulação de todos os movimentos, isso acho que também é de grande importância, mas também colocamos que não vamos parar, vamos continuar fazendo reuniões com vereadores, com as bancadas. Eu até enviei um e-mail ontem para o senhor, Secretário, para a Secretaria do Conselho também, pedindo uma reunião com Conselho, igual fizemos da outra vez para aprovar o Programa, que também tivemos reunião com o Conselho da bancada da Câmara para colocarmos a importância desse projeto para a cidade de São Paulo. Já aproveitando também que o senhor está aqui, acho que é importante também que falamos que ia andar em paralelo, a retomada da Comissão que vai discutir a normativa desse programa. Então eu peço aqui ao senhor que seja retomada o mais urgente possível essa comissão, para que consigamos aprovar, vamos torcer para que aprove na primeira, que não tenha emendas, porque estamos pedindo que não tenha emendas dos vereadores, e que também consigamos aprovar em conjunto, porque aprovou, já estamos com a Comissão e as coisas bem andadas para darmos início ao processo, tão esperado é esse programa. É isso, agradeço desde já a todos e ao Secretário e ao Alcides que estava participando conosco no GT a todo tempo. **Sr. Orlando:** Fátima, é justa sua fala, realmente a participação de movimentos junto aos vereadores que relataram todo esse processo, é muito importante para que os vereadores soubessem que esse programa foi construído a quatro mãos, foi fundamental. Se esse programa vai ser votado em tempo recorde, vai ser porque os vereadores estão sentindo confiança que não foi algo atropelado, nada disso, foi construído já há muito tempo com vocês. Então obrigado e continuem, só votamos em primeiro, na segunda votação vamos continuar esse trabalho. Quanto à Comissão, você tem razão, Fátima, justamente um trabalho imediato à aprovação e sanção é a regulamentação, então tem razão, acho que já podia até convocar de repente semana que vem um Comitê para que já comece uma minutar uma regulamentação disso. **Sr. André:** Boa tarde para o senhor e para os demais Conselheiros e Conselheiras, nós estamos aqui embaixo, têm vários movimentos sociais aqui unidos com a nossa pauta. Queria primeiro agradecer todos os Conselheiros Municipais de São Paulo pelo empenho na questão da Minuta do Programa Pode Entrar. Mas a minha preocupação, Secretário, que ao mesmo tempo é a questão do orçamento municipal. Na fonte 00 desde 2017 nós temos aí recursos que estão sendo diminuídos aí dessa fonte 00. Então nós estamos patinando com os mesmos recursos, enquanto isso aqui na Zona Sul ações demolitórias, ações judiciais de integração de posse que não estão sendo de regularização fundiária que não estão sendo executadas pela Prefeitura, a COHAB pedindo reintegração de posses na Zona Leste, tanto aqui também na Vila Industrial. Então nós temos um quadro caótico. Então acho também além da aprovação com a urgência que merece o projeto, eu acho também que nós temos que lutar pela questão orçamentária na fonte 00, e lutar também pela imediata manutenção na questão da discussão do Plano Diretor que nós estamos propondo a suspensão dessa discussão, mas quando vier depois da pandemia segundo a nossa proposta, que seja mantida a questão da outorga onerosa, porque o setor especulativo quer mexer porque ele tem interesses aí de expandir os seus lucros, e nós queremos expandir as áreas ZEIS 1, as áreas de ZEIS, e também a fiscalização dessas áreas. Então é essa a nossa preocupação da maneira que está sendo conduzido toda essa questão desse processo. E nós queremos também reativar a discussão do Plano Municipal de Habitação, a questão da Conferência Municipal. Então são apenas algumas das nossas pautas. E novamente parabenizando todos Conselheiros e Conselheiras porque foi uma grande vitória, e parabenizando todos da Campanha Despejo Zero, ontem mais uma vitória no Senado, ainda precisa ser complementada. Mais uma vitória da ALESP também com o Projeto 146/2020 da Deputada Leci Brandão suspendendo a ação de reintegração de posse. E é uma vergonha que a cidade de São Paulo ainda não tenha acontecido. Ribeirão Preto já fez, outras cidades também já aprovaram, só falta São Paulo dar uma sinalização que tem preocupação com a pessoa humana e tem preocupação com esse estado de pandemia e calamidade pública, obrigado e agradeço a oportunidade. **Sr. Miguel:** Boa tarde a todos, Secretário, Secretário Adjunto, toda a Secretaria, meus colegas Conselheiros. Eu queria dizer, Secretário, que nesse momento, com esse avanço da PL do Pode Entrar, mostra a maturidade de todos, porque quando o movimento, o Conselho e o Governo se juntam em torno de um único interesse, que é o interesse do povo, as coisas dão certo, e também dizer que nós aqui estamos para ajudar a construir o governo, pelo bem de todos. Esse momento que passamos, toda essa etapa de discussão que já vem em torno de quase dois anos, mostrou o quanto é importante todo mundo trabalhar no mesmo objetivo, o objetivo do bem comum, que é o povo. como o senhor bem falou, esse projeto, essa lei, não é uma lei do vereador A, B ou C, não é uma lei do Movimento, não é a lei do Governo, do Prefeito, é uma lei que estamos aprovando para a cidade, todo mundo se juntou, deu as mãos e trabalhou no mesmo objetivo, e trabalhou muito. Aqui eu quero parabenizar a Secretaria, parabenizar o entendimento do Governo, do Prefeito, desde os primeiros momentos, o Conselho e os movimentos que estiveram juntos de mãos dadas, dizer que às vezes a gente tem divergências, mas não somos inimigos, temos divergência de opinião, não somos inimigos, estamos aqui para ajudar a construir a cidade. Eu queria dizer, além do que a Fátima colocou da reunião, fazer uma reunião do Conselho com toda a Câmara de Vereadores, a importância que tem, também nós sentarmos, não sei, uma Comissão ou o Conselho todo, com o líder do governo, que eu sei que é flexível a isso, quando nós discutimos o PMH, nós sentamos a Secretaria ainda não era na sua gestão, mas sentamos a Secretaria, parte do Conselho, aqueles que quiseram participar, e o líder do governo, para falar sobre o PMH. Eu gostaria que, se fosse possível agora, nos sentarmos, além de falarmos com a bancada completa e dizer a importância, que estamos juntos, seria importante se o senhor pudesse fazer isso, puxar uma reunião com líder do governo para pontuarmos também para ele a grande importância, e eu tenho certeza que ele sabe da importância que é, porque ele também é do movimento de moradia, ele sabe o quanto isso pesa para o movimento de moradia, ter uma lei dessa, o quanto é importante. Eu queria deixar essa sugestão, para fazermos um diálogo mais aberto com ele, um pouco mais separado, para compactuarmos algumas coisas. Eu gostaria de saber se isso é possível, o senhor encaminhasse isso, eu acho que é de extrema importância. **Sr. Orlando:** Acho que é possível sim, vamos combinar com o líder do governo ver a possibilidade de fazermos uma reunião do Conselho com a participação, nós convidamos todos os vereadores, podemos fazer algo de forma híbrida, na Câmara tem alguns auditórios bem grandes, que conseguem fazer com distanciamento, em um auditório que cabe duzentas pessoas, colocar trinta, não sei. **Sr. Miguel:** Poderia ser até assim online, não tem problema. **Sr. Orlando:** Pode ser live, vou dar uma discutida com eles, ver o que acham, como é a melhor maneira, mas vamos ver se conseguimos fazer uma discussão dessa, acho que é importante até para eles sentirem a unidade do Governo, dos Conselheiros, eu acho que vale a pena sim. Pessoal, novamente muito obrigado. E vamos dar encaminhamento aos pedidos de vocês, depois o Júnior me passa o que vocês sugeriram de cronograma para a discussão sobre o Plano Diretor, Plano Municipal de Habitação, Conferência, novo projeto de lei de política habitacional, depois ele me resume aqui e na próxima reunião nós nos vemos. **Sr. Alcides:** Obrigado Secretário. Darcy tem a palavra. **Sr. Darcy:** Quero deixar um salve aqui aos companheiros do MOHAB, da FACESP, que estão em frente a Secretaria de Habitação, nessa reivindicação da qual o André já se manifestou aqui e dizer também sobre a importância e dar os parabéns a todos os Conselheiros e todos os envol-

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 31 de agosto de 2021 às 05:00:27

vidos, os movimentos em geral, pela aprovação na primeira votação do Programa Pode Entrar. E ressaltar também ainda mais a importância de incluir dentro desse projeto, além da locação social, o Programa Moradia Primeiro, eu sei que agora... mas em algum momento eu vejo a importância, o número de pessoas que estão em situação de rua, que não tem onde morar, que estão realmente nas ruas, estão vivendo embaixo das marquises e dos viadutos, dormindo nas calçadas, estamos passando no número de 40 mil pessoas, esse número vem aumentando cada vez mais por conta da situação econômica e a situação pandêmica que está colocada aí, a cidade tem um grande desafio e a Secretaria de Habitação ainda mais, que é prover moradia de interesse social para essas famílias que estão sem renda, estão na renda zero, e nós temos essas duas propostas que eu gostaria de deixar colocada aqui, que é a questão da locação social, que ela tem uma faixa de corte que na maioria das pessoas não consegue acessar, colocar o Programa Moradia Primeiro, acredito que todos aqui já ouviram falar, que pode alcanças essas famílias em situação de rua com a renda zero. Era isso o que eu gostaria de deixar aqui. **Sra. Samira:** Boa tarde a todos. Seguindo um pouco uns dos comentários que o André fez, como eu não estava no GT, acabamos não conseguindo saber todas as informações e eu achava importante entender aqui, eu não vi nenhum número muito claro, qual que é o recurso previsto para ser usado no Pode Entrar, a previsão orçamentária para esse ano e para o próximo, como vem sendo trabalhado, o projeto que de lei que está para aprovação, ele prevê fontes, mas não carimba, não é obrigatório nenhum recurso oficialmente, então seria interessante nós já sabermos o que vocês estão pensando, ou se foi discutido também no GT, para isso ser apresentado aqui. E também, Júnior, até já colocando uma sugestão, também não sei se mais alguém vai querer colocar sobre isso, mas que acabamos ficando nas últimas reuniões muito focados no Pode Entrar, por conta dessa urgência de aprovar, e ainda nessa gestão não vimos nada referente a uma proposta da gestão do que está sendo feito, do que se pretende fazer, de quais projetos estão em andamento, então seria muito interessante ser apresentada uma proposta da gestão como um todo, valores, unidades, quantidades, essas coisas. E também frentes, de quanto vai investir em cada programa, para podermos conhecer um pouco mais, porque acabamos sendo atropelados um pouco pela necessidade do Pode Entrar e acabamos não discutindo o todo da gestão. **Sr. Alcides:** Bom, só fazer um comentário aqui em cima dessa fala da Samira, nós fizemos uma apresentação do plano estratégico da SEHAB aqui para os quatro anos, obviamente baseado um pouco do que foi proposto no plano de metas, já considerando a aprovação do Pode Entrar nos moldes que aprovamos aqui. Então eu acho que para a próxima reunião marcar essa apresentação para vocês, que inclui não só do ponto de vista de execução em si, mas de gestão também, porque aí vai tratar do PMH, acho que vou propor para a próxima reunião, falar com o Secretário, para fazermos essa apresentação para o Conselho e acho que eu atendo as duas questões que você propôs, Samira. Tanto a de recursos, quanto a de falar um pouco do cronograma como um todo da SEHAB. **Sra. Samira:** Uma coisa que já discutimos bastante aqui na CMH e que tivemos pouco acesso a valores, porque era ainda o início do programa, que era a PPP, as licitações que já saíram de PPP, para também entendermos um pouco qual é o status dela, o quanto que já foi gasto, porque eram uns valores, como era uma contratação a longo prazo, tinha diversas variáveis, nós na época não conseguíamos ter acesso a um recurso exato que seria gasto, então acho que hoje já devemos ter um parâmetro muito melhor para entender a PPP, por já ter dado um tempo do início do Programa, mais também para trazer dados sobre ela, se for possível. **Sr. Alcides:** Ela é praticamente toda gerida e gestada dentro da COHAB, eu converso com o Presidente Alex para ele poder apresentar também. Ela integra também esse nosso planejamento geral, então falaríamos de forma um pouco mais superficial, podemos trazer também o Presidente da COHAB para falar um pouco dela. **Sr. Alcides:** Superado esse ponto, vou fazer uma última consideração sobre o Pode Entrar, eu conversei hoje com o líder de governo, a audiência pública ainda não foi marcada, eles vão marcar imagino que no âmbito da Comissão de Política Urbana, não tenho certeza, nem o nosso líder de governo, ia dialogar ainda com a Presidência das Comissões e com o Presidente da Câmara, mas assim que ele marcar nós enviamos para todos aqui para que possamos fazer esse acompanhamento de perto da audiência. A princípio eles tinham falado no Colégio de Líderes em duas Audiências Públicas, mas imagino que nós vamos ter apenas uma por conta do prazo. Obrigatoriamente não precisaria ter nenhuma, porque o projeto foi enviado conforme deliberado aqui no Conselho e foi enviado em regime de urgência, isso libera a exigência da Audiência Pública, mas por prudência a Câmara optou por fazer pelo menos uma, então deve marcar em breve, assim que marcar enviamos para vocês, porque é importantíssima a participação de vocês que conhecem como ninguém o Projeto de Lei. E também eu encaminhar esses pedidos de reunião com o líder de governo, conforme foi falado aqui por várias pessoas, a Fátima já tinha pedido por e-mail, então vamos caminhar com isso para vocês, em breve vou marcar, tentar para semana que vem a reunião do GT para começar a discutir regulamentação e por fim, uma notícia que também tive nessa reunião dessa fala que eu tive com o líder, é que eles querem votar já antes do recesso, então o projeto deve ir rápido graças a todo esse consenso que conseguimos chegar aqui, ele também deve caminhar rápido na Câmara, fiquei muito contente com essa rapidez, eu imaginei que poderia em algum momento enroscar e ser votado só após o recesso, mas aparentemente ele tende a ser votado antes do recesso, no começo do mês que vem em segunda e definitiva votação. **Sra. Mª Helena:** Vamos então para a aprovação da ata da 14ª Reunião Ordinária, que foi realizada no dia 27 de maio de 2021, que foi encaminhada por e-mail para todos os conselheiros. Se tiver alguma objeção, se manifeste agora, se não vamos dar como já aceita a ata. **Sr. Alcides:** Então podemos considerar aprovada. Maria, eu vou pedir para o Nilson conduzir a pauta falando sobre os informes sobre a Favela Jacareípe, porque imagino que o plano diretor, estamos aqui com o Guilherme, representante SMUL, ele vai falar rapidamente para nós um pouco, ele tem algumas propostas, obviamente que muitos de vocês querem falar, levamos essa manifestação anterior na reunião anterior para a Secretaria, o Guilherme vai falar um pouquinho dos métodos que estão sendo desenvolvidos, vocês vão poder falar obviamente e aí os encaminhamentos que surgirem vamos deliberando sobre ele. Como é um tema um pouco mais simples, vou pedir para o Nilson da COHAB, não sei se é ele, falar sobre a favela do Jacareípe. **Sr. Nilson:** Nós já tivemos uma reunião antes disso aqui na COHAB, falando sobre esse assunto. O que acontece na favela do Jacareípe, a maioria do pessoal sabe que tem uma ação de reintegração de posse em toda aquela área lá que é pertencente à COHAB, ficou acertado que a COHAB não vai executar essa ação de reintegração de posse, deixamos isso bem tranquilo para as famílias que estão lá nesse momento, só que também não vamos retirar a ação, ela vai permanecer, não vamos executar isso. Paralelamente a isso, a COHAB fez um estudo a algum tempo atrás de implantar conjuntos habitacionais lá para fazer uma urbanização de toda a região, não estou falando apenas do alojamento Jacareípe, estou falando de toda aquela área que abrange o Jacareípe, que é o Jacareípe e aquele terreno anexo do alojamento até a rua não me lembro Duas Barras ali. o que acontece, ali é uma questão de demanda, a alternativa que estamos enxergando a princípio para atender a aquela demanda daquela região ali, claro que cabe um estudo, cabe aprimoramento disso, esse é um estudo inicial, referente a incluir essa área aí na operação urbana Bairros de Tamanduateí, que poderia vir a abranger aquela demanda daquela região, a demanda que ficaria, vamos chamar assim, fechada daquela área ali. Por que essa situação? Porque aí poderíamos fazer uma demanda fechada naquela área. A operação urbana é um dos princípios que pode fazer uma demanda fechada lá, caso isso não aconteça, fica uma demanda aberta e chama o pessoal da fila que está cadastrado. Esse é um estudo, que é uma proposta que vamos levar, o Presidente da COHAB vai conversar com o Secretário e fazer uma atuação na Câmara para fazer aquele projeto andar e incluir essa área na operação urbana dos Bairros de Tamanduateí. Essa é a questão que estamos levando aqui. Tem outras questões a serem discutidas, mas essa é a questão básica que você consegue abranger talvez não a totalidade, que estou falando de 500 a 700 famílias mais ou menos, mas a ideia é essa. Fiquem à vontade para qualquer esclarecimento. **Sr. Manoel:** Sou suplente da Mariza e suplente do Movimento, nós temos um trabalho aqui nas favelas aqui da Zona Leste, mas não estou falando só pela Zona Leste, estou falando pelas favelas de São Paulo, nós fomos eleitos justamente para isso, para representar as favelas de São Paulo. Antes de falar um pouco sobre o Jacareípe, eu gostaria de comentar um pouco uma questão que o Secretário quando estava falou, eu queria complementar sobre a questão de orçamento e também quando a Secretaria for apresentar o Plano de Metas, que foi colocado que nas próximas reuniões vai ser apresentado, acrescentar também qual o plano e programa de favela que tem para a cidade de São Paulo, porque nós não vemos falar nada sobre qual o programa de favelas que tem para a cidade de São Paulo, nem urbanização, nem regularização, não vemos falar nada sobre isso, então acho que é a oportunidade quando for apresentar esse plano de meta para apresentar também qual é o programa que a cidade de São Paulo tem para as favelas de São Paulo, tem uma reivindicação faz muito tempo na questão de urbanização, regularização fundiária, não vemos falar nada sobre o programa de favelas na cidade de São Paulo, então eu gostaria que apresentassem quando fossem apresentar o plano, qual o programa que tem para as favelas da cidade de São Paulo. Voltando na questão da favela do Jacareípe, nós tínhamos sim acompanhado, justamente como ele falou, tivemos uma reunião em 26 de maio com o presidente da COHAB e foi colocado isso que ele falou mesmo, que iria fazer um projeto lá, mas o projeto foi cancelado, não foram fazer o projeto como estava previsto em 2018, que foi apresentado para a população, temos 50 famílias que estão no Auxílio Aluguel, que foi tirado para poder fazer um melhoramento na favela sobre umas caixas d'água que estavam previstas para cair, então as famílias tiveram que sair para fazer esse melhoramento nas caixas d'água, essas famílias estão no auxílio aluguel, mas tudo bem, essa parte entendemos um pouco essa questão que o projeto não vai dar continuidade por enquanto, como foi prometido para a população na época, mas o que colocamos, é que acho que nessa questão de fazer esse estudo para entrar na operação urbana é uma furada, porque a operação urbana da Tamanduateí não está sendo estudada na Câmara, o que foi estudada em uma parte da operação urbana foi a Zona Sul, uma parte que não lembro qual foi, mas a questão da operação urbana da Tamanduateí não está sendo estudada na Câmara, então acho que isso vai ser um furo para fazer uma urbanização, para dar continuidade ao projeto na favela do Jacareípe nesse momento. eu queria cobrar também da pessoa que falou comigo, esqueci o nome dele, que na última reunião ficou marcada, o presidente da COHAB comentou conosco que ia marcar uma reunião com o Secretário de Habitação e depois dar um retorno para nós que estivemos na reunião. Eu queria saber se essa reunião já foi marcada e se não foi, quando vai ser marcada com o Secretário para passar esse assunto para discutir conosco, que ficou devendo essa questão de marcar a reunião com o Secretário de Habitação. Gostaria de saber se já foi marcada ou não essa reunião com o Secretário para dar o retorno para nós. **Sr. Nilson:** Manoel, primeiro, o que você está falando que o projeto foi cancelado, ele não foi cancelado, tem que ser desenvolvido um estudo, uma proposta é: se não der para embarcar dentro daquela operação urbana do Tamanduateí, que é uma específica para aquela área ali para ter a possibilidade de atender as famílias que estão lá dentro da favela. Outra questão é o seguinte, eu preciso ver com a secretaria da presidência se já houve ou não a marcação dessa reunião. Independentemente disso, vai ser marcada e vai ser conversado para atuar nesse sentido e vocês vão ter a resposta dessa reunião que vai ser agendada, está o Júnior aqui, pode agendar para o Secretário, acho que ele não estava sabendo desse caso, está sabendo agora, e agenda a reunião, sem problema nenhum. **Sr. Manoel:** Tudo bem, mas só para você entender, a reunião foi dia 26 e o presidente falou que em duas ou três semanas ia dar o retorno para nós dessa reunião com o Secretário e nós não recebemos ainda esse retorno, por isso estou cobrando agora essa reunião, para você ficar a par e poder agendar então essa reunião para ter o retorno para nós. **Sr. Nilson:** Está bom, quando estiver marcado e tiver o retorno disso nós damos o respaldo para vocês do acontecido. **Sr. Manoel:** Eu sei que está sendo gravada essa reunião, eu gostaria que você verificasse então o retorno dessa reunião. **Sr. Alcides:** Obrigado. Então o encaminhamento de uma reunião da presidência da COHAB com o Secretário Orlando. O Nilson acompanha aqui e eu também posso ajudar, viu Nilson. **Sr. Nilson:** Ok. Vamos lá, Júnior. Temos muita demanda e vários atendimentos em geral, da cidade inteira. **Sr. Alcides:** Antes de passar a palavra para o Guilherme, que está aqui gentilmente acompanhando a reunião e representando a Secretaria, o Secretário viria, mas infelizmente nós tivemos um choque de datas e está acontecendo no mesmo momento a reunião do CMPU, então foi uma coincidência, acabou inviabilizando a possibilidade, mas sem prejuízos, estamos com o Guilherme aqui, que é um técnico da Secretaria, e sem prejuízos de podermos em um segundo momento trazer o próprio Secretário para dialogar sobre o Plano Diretor. Mas antes de passar a palavra para o Guilherme , eu queria abordar com vocês se alguém tem outro assunto a tratar que não seja Plano Diretor. **Sr. André:** A questão, Secretário Alcides, eu tenho uma proposta em relação à COHAB e também várias demandas em relação à COHAB, várias ações de reintegração de posse. Qual seria minha proposta, uma reunião em conjunto com Secretário de Habitação e o Presidente da COHAB, para que nós pudéssemos ter uma portaria assinada pelo Presidente da COHAB Alexsandro Peixe, nós estamos aqui embaixo com vários moradores da Vila Industrial, inclusive já falei com o Nilson hoje, o Conjunto Habitacional São Nicolau, onde temos diversas ações de reintegração de posse, lá cada rua tem uma ação, em outros locais também, para que pudéssemos suspender durante o período de calamidade todas as ações de reintegração de posse que tenham como autora a COHAB, porque estamos num estado de pandemia, a principal companhia de construção do município de São Paulo está retirando, ou querendo retirar, famílias em plena pandemia. Então eu peço essa reunião, que nós possamos discutir e tirar um ato administrativo, até para dar segurança jurídica para as famílias, e também até para os advogados da COHAB também, porque não adianta só falarmos no Conselho e os processos judiciais estarem ocorrendo nas varas, no caso a vara da Vila Prudente do Fórum Regional. Outra questão também que peço licença, se o Secretário puder e os Conselheiros, se não for nesse momento, mas que possamos ler aqui nossa pauta, nós temos aqui cerca de 8 movimentos que estão aqui embaixo e queríamos ler nossa pauta, não sei se vai ser possível agora ou se abrirá uma oportunidade com a próxima fala para não ocupar muito tempo da companheira Fátima e os demais conselheiros. **Sr. Alcides:** André, a reunião obviamente podemos fazer, sem problema nenhum, nós agendamos, não precisa nem aguardar o advento da reunião do Conselho para solicitar essa reunião conosco, nós atendemos e dialogamos sem problema nenhum. Nós temos até inclusive já uma decisão do STF com relação às reintegrações, porque estão subordinadas a ela, então eu acho que maior garantia não há. **Sr. André:** Secretário, acho importante a formalização, porque é uma decisão monocrática, e nesse momento não estou falando em direção ao senhor, inclusive tenho muito respeito pela cordialidade que o senhor sempre nos tratou e tudo mais, mas isso é uma simbologia, isso é importante para sinalizar para todo o Brasil, para a cidade de São Paulo, que a preocupação da Secretaria de Habitação da COHAB é dar uma sinalização nesse momento de pandemia, em que a cidade de São Paulo tem um decreto de calamidade pública, então não tem lógica essas ações continuarem correndo, as intimações, os prazos correndo para as pessoas saírem de suas residências conforme foi lá na Vila Industrial e enquanto isso, a COHAB, que seria para construir moradia no polo ativo movimentando esses processos, então é essa a minha questão, até como sinalização. Porque ainda vai para o coletivo do STF, nós temos uma lei estadual que está para ser sancionada ou não, então isso é uma importante simbologia, é um importante papel do Conselho Municipal nessa reunião e, principalmente agora, do Presidente da COHAB e do Secretário Municipal de Habitação, porque temos outras situações também, ações de demolição, como também lá no São Judas e em outros locais onde as famílias estão com perigo de terem suas casas demolidas. Nós temos também essa ação no STF, ela só protege primeiro as ocupações que foram feitas até o dia 20 de março de 2020, então mesmo assim, no caso da Vila Industrial, onde temos mais de 25 anos pessoas morando lá, recebendo intimações como receberam na semana passada, além de petições da COHAB provocando juiz para ser feita citação em hora certa. O que isso? Sem a citação pessoal dos moradores. **Sr. Alcides:** André, sem querer te cortar, mas só para avançarmos, nós marcamos a reunião, vou pedir para você solicitar aqui para nossas secretárias que eu já peço para marcar, converso com a COHAB, dialogamos, não tem problema nenhum, é importante ser tratado caso a caso, porque cada caso é um caso, vocês sabem, você como advogado conhece bem, então podemos tratar isso em sede dessa reunião e aí encaminhar, eu acho que já entendemos teu pleito aqui, pelo menos eu como representante da Secretaria aqui, entendi sua reivindicação e acho que podemos encaminhar a reunião, está bom? **Sr. André:** Tudo bem então, Secretário, peço só um momento, não sei se vai ser agora, para lermos nossa pauta, que temos uma pauta do nosso movimento, são oito movimentos que estão aqui e peço a oportunidade, não sei se agora ou depois para não ocupar muito tempo, mas precisamos ler essa pauta, nosso posicionamento sobre o Plano Diretor, sobre a questão do Auxílio Aluguel, nós tivemos uma inflação de 32% e o auxílio aluguel continua o mesmo valor. Sobre a portaria 131/2015, que é absurda nesse momento de pandemia, tem que ser revisada essa portaria e também temos aqui cerca de seis itens de pauta, então eu pediria para ler agora ou na próxima oportunidade nessa reunião ainda. **Sra. Fátima:** Primeiro quero saudar todos os companheiros e companheiras que estão mobilizados na frente da COHAB, falar que estamos todos aqui, principalmente nós da União dos Movimentos de Moradia, solidários a eles nessa manifestação. E falar que despejo zero, não podemos ter despejos na pandemia, então vamos aí, Secretário, COHAB, conversar para não acontecer uma coisa dessa, em plena pandemia ver várias famílias na rua novamente, não queremos isso, estamos discutindo um programa para que as famílias não fiquem na rua. Quero também, acho que é mais um pouco um informe, mas também pedir para o Secretário que nos informe, acho que esse conselho foi fundamental na questão das famílias do Quaresma, quero falar que a partir do dia 29 ao dia 1 eles vão assinar os contratos e pagar as chaves, então cabe a esse conselho saber que foi uma luta muito grande desse conselho com essas famílias e que eles não fiquem do dia 1, que é o último dia de assinar, até o dia 15 esperando para mudar, que tenha uma organização de mudança o mais rápido possível para essas famílias, e falar que queremos estar junto, queremos fazer enquanto Conselho uma visita lá para conhecer o empreendimento, que foi uma luta muito grande e esse Conselho tem uma grande colaboração nessa luta para que essas 300 famílias tivessem sua moradia digna. Era isso o que eu queria colocar e agradecer muito e falar que estamos seguindo na luta ainda para que todas consigam, dessa parte das famílias ainda vão ficar 70 famílias fora, porque passou a renda e nós queremos que essas famílias venham nesse processo do Pode Entrar, que possam ser atendidas. **Sr. Alcides:** Você sabe que a partir do momento que conversamos eu me emprenhei para mobilizar o quanto antes essa assinatura de contratos e, consequentemente, a mudança logo em breve, se deus quiser, estou aqui cobrando a equipe diariamente para que isso aconteça. Eu queria então, se ninguém tem mais outros assuntos a serem tratados, passar a palavra para o Guilherme e já agradecer pela disponibilidade, infelizmente coincidiram as datas e os horários da reunião do CMH e do CMPU, mas o Guilherme está acompanhando o desenvolvimento do plano diretor, nós sabemos que a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento está se esforçando para garantir a mais ampla participação. Essa participação deles é mais uma demonstração disso, o Guilherme tem depois também uma proposta de encaminhamento que ele confidenciou para mim um pouco antes da reunião, por nós está ok, mas eu também tive a oportunidade de conversar com o Secretário César e com o Alexandre Pires, que está acompanhando o desenvolvimento dessa discussão, da formatação da discussão do plano diretor e eles se colocaram muito dispostos a abrir várias possibilidades de diálogos com os movimentos de moradia para recepcionar as reivindicações de vocês, as sugestões dentro dessa revisão do plano, inclusive propondo reuniões híbridas, presencial e abrindo a possibilidade de quem não puder acompanhar pela internet, obviamente respeitando os protocolos sanitários. Então senti uma predisposição muito bacana da equipe de SMUL para possibilitar a participação de todo mundo nesse diálogo. Guilherme, se você estiver me ouvindo e quiser dar um alô para o pessoal, falar um pouquinho, depois vamos deixar eles falarem também e o Guilherme está aqui para transmitir depois a manifestação de cada um de vocês internamente lá também dentro da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Obrigado, Guilherme. **Sr. Guilherme:** Eu que agradeço, Secretário Júnior, pelo convite e também em nome do Secretário e de toda a equipe técnica aqui da SMUL, da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, saúdo todos as conselheiras e conselheiros daqui do CMH, eu fiz parte do CMH e tenho um imenso carinho, inclusive estou vendo pessoas aqui que convivemos durante um tempo, reconheço a luta e é muito nobre realmente todo o trabalho de vocês, aproveito para parabenizar novamente por toda a luta, inclusive o André que está aí embaixo, passei aí e vi vocês, parabenizo também. Pessoal, então é isso mais ou menos o que o Secretário Júnior já comentou, nesse mesmo momento está acontecendo o Conselho Municipal de Política Urbana, onde está sendo apresentado pelo Secretário, que é presidente do Conselho, as ideias da revisão do Plano Diretor. É uma revisão intermediária, o material por enquanto está sendo apresentado lá, eu não trouxe o material para cá, ele está concentrado na CMPU por enquanto, vamos aproveitar e passar para cá também, eu tenho uma proposta de encaminhamento, vou falar mais para frente, mas é isso. Eu vou fazer um leve panorama para vocês do que significa essa revisão intermediária e como vamos tratar, qual a ideia da Secretaria de tratar essa revisão com ampla participação pública e democrática. Então primeiro, para esclarecimento, o Plano Diretor que foi aprovado em 2014, em seu artigo 4º, traz o seguinte texto: "Os objetivos previstos nesse plano diretor devem ser alcançados até o ano de 2029", e no parágrafo 1º desse artigo fala que "o Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal proposta de revisão deste plano diretor a ser elaborado de forma participativa em 2021". Então temos uma determinação legal para revisão, para fazer essa revisão participativa. Nós entendemos que estamos num período de emergência, como os Conselheiros já pontuaram, é realmente verdade, isso está acontecendo, por isso existe uma preocupação da Secretaria em desenvolver essas discussões de forma participativa de uma maneira híbrida, lógico que estamos abertos a discussões, abertos também para as considerações de vocês, eu vou encaminhar todas elas ao gabinete do Secretário, nós vamos discutir e vamos ter oportunidade para discutir juntos também possíveis outros encaminhamentos. O que eu gostaria de falar também, de pontuar, é que temos uma plataforma digital online já disponibilizada, não sei se vocês tiveram acesso, vou tentar compartilhar a tela, Júnior, para mostrar o site para vocês. Estou no site da Revisão Intermediária do Plano Diretor, então está escrito aqui: Vamos juntos discutir o Plano Diretor de São Paulo? Pessoal, esta aqui é a plataforma que foi criada pela SMUL, pelo Urbanismo e Licenciamento para indicar quais são os pontos que podem ser discutidos, que podem ser aprimorados do Plano Diretor. O importante é que essa revisão intermediária não significa um novo Plano Diretor, a ideia é se fazer um diagnóstico do que vem sendo bem conduzido, dos instrumentos urbanos que têm aplicação, daqueles que não tem aplicação, daqueles que podem ser aprimorados, inclusive em relação à habitação, mas para isso é feito um amplo diagnóstico também, algo que tem sido desenvolvido aqui no âmbito da Secretaria por nós técnicos, então estamos fazendo esse levantamento e isso deve ser apresentado logo mais nas próximas semanas, esse primeiro levantamento. Nós temos aqui sobre a revisão 2021, se você acessarem depois vão ver que tem um cronograma já proposto aqui e aqui vocês podem ver quais são as fases dessa elaboração da revisão intermediária. O que estou falando desse diagnóstico é esse item Elaboração de Diagnóstico Inicial do PDE Planurb, esse Planurb é um departamento que acompanha o desenvolvimento do PDE, todos os instrumentos que são aplicados desde quando foi aprovado em 2014. É aqui nesse item 9 que estou, Elaboração Relatório de Diagnóstico Inicial do Plano Diretor Estratégico por Planurb. Esse departamento é esse que faz o diagnóstico desde 2014 dos instrumentos urbanísticos que estão previstos no PDE, inclusive aqueles voltados para provisão habitacional. Então estamos quase para publicar esse diagnóstico, vai estar disponível aqui no site e vamos avaliar justamente pontos que podem ser aprimorados, mas estamos já observando que o Plano Diretor é uma política urbana ampla, um planejamento urbano amplo, que deve durar 15 anos e não vai ser alterado estruturalmente, toda a estrutura dele vai ser mantida, o que temos a observar nesse momento é avaliar o que está dando certo e o que pode ser aprimorado. Isso vai ser amplamente discutido com toda a sociedade, de forma híbrida e respeitando todos os critérios de segurança sanitária que precisamos seguir devido ao momento e também promovendo audiências online, a Secretaria está cuidando desses aspectos para que toda a população participe de maneira democrática e ampla. Nesse período enquanto estamos desenvolvendo esse relatório de diagnóstico também foi aberto um chamamento público para divulgação e estímulo de participação de entidades da sociedade civil. Então já recebemos 725 inscrições, estamos em fase de conferência da documentação e logo vamos publicar a lista de entidades participantes para essa primeira discussão. Isso não quer dizer que não vamos abrir para ampla discussão nas audiências públicas, nas oficinas, teremos oficinas para discutir todos os pontos que forem identificados que precisam de aprimoramento. Pessoal, nesse site vocês vão verificar também todas as datas para as audiências, as datas precisas ainda não, mas as datas previstas, os meses previstos para as audiências públicas, então vocês podem conferir aqui, caso haja dúvidas eu também posso tirar algumas se for possível. Então temos esse site, agora ele é vinculado com esse outro site Gestão Urbana, temos todas as informações sobre o Plano Diretor, como ele funciona, a revisão também, as estratégias em relação à participação, todas as informações estão aqui, esse site existe desde 2013, 2014 e vem sendo alimentado de maneira sistêmica e está sempre todas as informações sobre o Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras, tem aqui e conseguimos conferir. Então esse site está vinculado, temos outras informações também aqui, esse é um informativo que foi publicado em setembro de 2019, que já tem alguns dados e vamos atualizar e vamos apresentar todos eles logo nas próximas semanas. Basicamente o que eu gostaria de falar era isso. O Plano Diretor é uma revisão intermediária, não é um novo Plano Diretor, a ideia é identificarmos quais são os aspectos que podem ser aprimorados, eu já estava escutando as falas dos Conselheiros, por exemplo, eu anotei aqui algo que o Conselheiro André Araújo questionou e já vou de antemão tranquilizá-lo, as questões sobre outorga onerosa são um aspecto estrutural do Plano Diretor e isso vai ser mantido, outorga onerosa é um ganho, um instrumento que significa um ganho para distribuição dessa valorização imobiliária e isso vai ser mantido, não temos nenhuma perspectiva de modificar a outorga onerosa. Em relação aos Planos, o Plano Diretor é um plano urbanístico que prevê inclusive as ZEIS, a ZEIS 1, onde temos aquelas ocupações irregulares, que precisam de regularização fundiária, um projeto de urbanização, plano de urbanização, elas serão mantidas, a avaliação junto com vocês, junto com toda a população, é verificar se elas podem ser ampliadas, isso pode ser discutido com a população, nós vamos discutir. Inclusive tratando também da questão da população em situação precária aqui no centro, onde temos a ZEIS 3, podemos fazer um melhor aproveitamento? Será que o instrumento das leis está abarcando toda essa política? precisamos de aprimoramento ou será que já está bom enquanto política urbana do planejamento urbano? Então é essa a ideia de discutirmos, certamente vocês têm algo para falar, eu estou aqui para escutar, o que eu gostaria de falar é o seguinte, é uma proposta de encaminhamento, Secretário Junior, como estamos também apresentando essas questões lá no Conselho de Política Urbana, seria interessante que marcássemos uma extraordinária aqui no CMH para discutirmos amplamente também com toda a equipe da SMUL o Plano Diretor em si e com isso também informamos que estamos abertos para recebê-los todos, todos os movimentos, todas as entidades que queiram discutir, a SMUL está aberta para recebermos, podemos fazer reuniões de forma híbrida, não tem problema, temos feito isso e tem funcionado, lembrando também que já teve bastante contribuição online na elaboração do Plano Diretor de 2014, isso vai ser mantido, certamente vamos continuar com essa contribuição, mas o objetivo de se fazer essa revisão primeiro é atender o dispositivo legal e segundo, fazer da forma mais segura possível. É mais ou menos isso o que eu tinha para falar, Secretário, eu gostaria de ouvir todo mundo e estou disponível para esclarecimentos, para o que eu conseguir esclarecer agora e o que eu não conseguir certamente vou anotar tudo, encaminhar para o gabinete do Secretário e podemos responder com precisão depois. **Sr. Alcides:** Obrigado, Guilherme, foi bem esclarecedor, acho que o mais importante é tentarmos garantir o diálogo, tirar todas as dúvidas, vocês têm se mostrado dispostos a isso. Com relação ao seu encaminhamento, eu acho muito legal, estou de acordo e acho que podemos deliberar sobre ele aqui no Conselho num momento oportuno. **Sra. Mariza:** Eu acho que foi muito importante ter a apresentação, porém ainda estamos muito preocupados com a situação que estamos vivendo, estamos querendo sim audiência participativa do PDE, queremos, isso tem um acordo, porém nesse momento em que sabemos que 25% das nossas famílias não tem acesso ainda à internet, se queremos um plano participativo, queremos que as pessoas participem, deem opinião, até porque vamos discutir a cidade que queremos, então acho que se queremos um plano participativo, então estamos muito preocupados com essa situação do índice de mortes desde o ano passado, a questão do Covid-19, vemos ai que várias famílias continuam morrendo, nem todas estão protegidas, nem todas estão vacinadas, então eu acho que assim, Secretário e todos, queremos discutir o plano diretor sim, mas queremos também que nossas famílias estejam seguras. Sabemos que vários movimentos se inscreveram para participar, isso você nos trouxe, porém também há um movimento muito im-

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 31 de agosto de 2021 às 05:00:27

portante que tem mais de 500 entidades participando, que até apresentamos para a Secretaria, que é a Frente São Paulo pela vida, a cidade que precisamos em tempos de pandemia, então estamos pedindo para adiar nesse momento a revisão do plano diretor, porque sabemos que a revisão do plano diretor é um instrumento participativo importante para toda a população, para todos nós, onde vamos discutir saneamento básico, moradia, orçamento, mas queremos que todo mundo participe, queremos que desde a população da periferia, toda a população participe, mas de forma mais justa e principalmente segura, então por isso que trazemos aqui para esse quórum, para repensarmos e se for possível adiarmos, porque não tem como participarmos nesse momento em que cada dia vemos um cenário triste de perdas devido à pandemia do Covid-19. Então trago essa reflexão e peço para o Secretário e você, Junior, que está representando a Secretaria e todos para adiarmos nesse momento a revisão do Plano Diretor. **Sr. Nunes:** Agradecer a presença do Guilherme também, obrigado pela exposição, saudar o pessoal do movimento que está ali embaixo, está na porta do Martinelli. A minha fala vai mais ou menos na mesma direção da Mariza também, estou aqui com o parecer feito pela Defensoria Pública aqui do Estado, uma recomendação, indo exatamente no mesmo caminho. Então a recomendação pede a suspensão do Plano Diretor no contexto da pandemia, não vou ler aqui, são 10 páginas, mas vai no mesmo sentido, o argumento que eles trazem e que concordamos é primeiro, isso acho que tem total concordância, não há a menor condição hoje de se fazer qualquer evento público, presencial. Agora, tem uma preocupação grande aqui de que os eventos online, remotos, atingem um percentual muito baixo da população. A Defensoria até coloca aqui um dado, cerca de 20% apenas da população consegue acessar audiências por via internet. Então temos claramente uma dificuldade muito grande aqui de fazer um projeto com processo participativo de fato, real com a sociedade toda, e esse é um documento de extrema importância, é o planejamento da cidade pelos próximos 10 anos, então queríamos somar aqui a esse apelo que a Mariza fez e apresentar esse documento que a Defensoria Pública Elaborou, vindo nesse sentido também, de pedir a suspensão até que se melhorem as condições, a expectativa, eu acho e torcemos muito, é que até o final do ano já estejamos numa situação melhor, conforme vai avançando a vacinação, e aí consigamos fazer de fato, nós temos todo o interesse em fazer uma discussão ampla e profunda sobre o plano diretor, ouvir o que a Secretaria de licenciamento tem avaliado dos instrumentos urbanísticos, mas é preciso fazer um debate de fato com toda a sociedade, toda a cidade. **Sr. Nunes:** Vocês receberam, Junior? Se for o caso eu posso mandar depois para a Secretaria o documento, mas vocês já devem ter recebido. **Sr. Alcides:** Eu acho que a Secretaria de Habitação não. Não sei se a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, mas por favor, encaminhe para nós. **Sr. Nunes:** Encaminho sim. **Sr. Miguel:** Boa tarde, eu queria fazer alguns questionamentos aqui para o Guilherme. Não é só uma questão da apresentação do Plano Diretor que você fez, Guilherme. Eu acho que a questão do Plano Diretor nesse momento, que todos nós pedimos, é que não se dá para fazer a revisão do plano diretor, não é uma coisa de urgência urgentíssima, que se não fizer agora não pode fazer daqui a seis meses ou um ano, quando todo mundo estiver vacinado. Agora a revisão do Plano Diretor, se ele é para todos. O Plano Diretor é a organização da cidade por seus dois ou quatro anos, a reorganização da cidade. Nossa cidade é uma cidade que a cada dia muda, a cada dia se ver criar mais área habitada, área ocupada, de todas as formas. Agora eu pergunto, como vocês querem fazer a revisão do plano diretor, e aqui está meu questionamento, sem fazer audiências públicas? Desculpa, mas audiência pública online é um fiasco. Nós vimos recentemente as audiências regionais que tiveram online na Subprefeitura, foi um fiasco, e nós que estamos todos os dias fazendo reuniões por esses aplicativos sabemos que não é fácil, olha quantas pessoas temos nessa sala, não é fácil, agora imagina uma audiência, eu moro na região de Pirituba, região Noroeste, uma das regiões que tem mais verde na cidade e estamos vendo esse verde sendo devastado, aqui tem 600 mil habitantes, eu pergunto para você, se pelo menos 20% desses habitantes quiserem participar da audiência, como você vai fazer uma audiência online? Então, Guilherme, o que pedimos é o entendimento, a coerência, o que precisamos de urgente nesse momento é matar a fome do povo e vacina, não é a revisão do Plano Diretor. A revisão do plano diretor pode ser feita daqui seis meses, um ano. Nós não podemos fazer uma revisão do plano diretor em que a população não participa e da forma online não vai participar. Não adianta falarmos só aqui, vocês têm consciência disso, que a população não vai participar. Aí eu pergunto para vocês, nós acabamos de discutir agora, no começo da reunião, um processo onde todo mundo participou, como é legal, como é bonito, vai sem nenhum entrave. Agora imagino vocês fazendo um processo em que a população não participa, nós temos 12 milhões na cidade de São Paulo, vocês vão fazer para 600 pessoas participarem, é isso? 600 pessoas vão decidir a cidade para todos? Apenas o grupo de empresários, que é quem mais tem interessa na revisão do Plano Diretor? É esse o questionamento. A modernidade do documento, como ele está feito ou deixa de estar é uma coisa, agora precisamos que a população aprove como ele está e participe do debate. É disso que estamos falando. É impossível fazer revisão do Plano Diretor sem a participação das pessoas, a não ser que vocês queriam atropelar as pessoas sem a participação. E nesse momento é impossível a população da cidade participar das audiências do Plano Diretor. Essa é minha contribuição. **Sra. Fátima:** Eu acho que a companheira falou bem, Secretário e Guilherme. Para vocês terem uma ideia, é tão preocupante essa questão do Plano Diretor, temos como exemplo o Plano de Metas, que não conseguimos participar na subprefeitura, que foi regional. Agora imagina o Plano Diretor que é uma coisa mais ampla, que é de todos, toda a cidade, então é muito preocupante, eu deixo aqui essa preocupação, e falo já, de não revisão ao Plano Diretor nesse momento em que estamos na pandemia. Porque eu me inscrevi para participar do Plano de Meta e eu não participei, eu não recebi o link, eu não pude participar e ajudar a minha região na proposta porque já foi uma dificuldade até de entrar para me inscrever, agora você imagina uma coisa que vai envolver toda a cidade, e a gente vai deixar assim, vai estar um pouco lá, não vai, não vai. Então aqui já deixo a minha proposta, a minha decisão enquanto Conselheira de não à revisão do Plano Diretor agora na época de pandemia. **Sr. Darcy:** Secretário, queria perguntar se é possível nós termos um diagnóstico do último Plano Diretor e quais seriam os pontos principais que deveriam ser revisados dentro desse Plano Diretor. Será que é possível isso? **Sr. Alcides:** Vou pedir para o Guilherme nos ajudar aí, não sei se agora, mas talvez num segundo momento imagino que dê. O Guilherme pode falar para nós. **Sr. Guilherme:** Secretário, estou anotando todos os comentários de todos os Conselheiros, se quiser posso passar todos de uma vez depois no final para nós mantermos a ordem. É uma sugestão. **Sra. Uranide:** Então boa tarde a todos companheiros, boa tarde Secretário. Também quero parabenizar em nome da Central de Movimentos Populares dos companheiros que estão aí na luta porque é a nossa marca, afinal de contas se nós não lutarmos, se não gritarmos, nós não mamamos em todos governos infelizmente. Concordo com todas as falas das nossas companheiras aqui, mas quero dizer três pontos importantes que vão inviabilizar a nossa população mais interessada a participar da revisão dessa discussão das audiências públicas. Nós moramos nas periferias aqui todos os Conselheiros presentes, estou aqui no fundo, por exemplo, da Zona Sul do Grajaú. Então aqui quando você tem um sinal, o seu aparelho não é acessível. As famílias nessa pandemia, muitas, é muito expressivo o número, que podiam pagar um plano e que tiveram de deixar de pagar, porque ou paga o plano e não come. Então nós estamos num momento que temos que nos preocupar com duas coisas, comida, que as famílias não está tendo na mesa mesmo para comer. A Cidade Solidária infelizmente não está dando conta, sou prova, testemunha disso, hoje estou entregando cesta, que estou há quatro meses aguardando, aí pergunto: Será que uma família fica quatro meses aguardando para comer? Nós atendemos, a Fátima, nossos companheiros do movimento estão aí e sabem que nós fazemos outras arrecadações, sabem que nós temos outras redes. A nossa preocupação é tamanha com as nossas famílias, que nós estamos sempre estamos fazendo o possível, mas não damos conta. Então neste momento de preocupar com isso, concordo com a fala do companheiro, não é urgente, urgente agora é comida no prato e vacina no braço. Então imploro que essa revisão realmente seja no fim da pandemia, é impossível, é desumano, porque discutir a regularização da cidade é discutir a participação da cidade também, significa que um grupo vai ficar dentro disso e a maioria vai ficar para fora. Então era isso que eu queria colocar, agradeço, mas pedimos encarecidamente mesmo que vocês revejam isso e que possamos voltar a discutir sim, no fim da pandemia, quando tudo voltar ao normal. **Sra. Tereza:** Desculpa entrar atrasada, boa tarde, Secretário, Guilherme, companheiros e companheiras. Eu também estava atrás de cesta básica, Secretário, junto com a central dos movimentos populares, por isso cheguei atrasada e, como diz a Nani, o pessoal está aí passando fome e é uma situação difícil. Eu queria falar para o Guilherme, para o Secretário, para todos os companheiros, esperávamos por esse momento para discutir o Plano Diretor, porque o Plano Diretor é muito importante para a cidade, como todos vocês sabem e faz muito tempo que esperávamos por essa oportunidade para voltar a discutir o Plano Diretor, que foi o plano mais rico na cidade, de discussão mais rica de participação, desde os engenheiros que moro na região da Saúde do Cursino, desde a participação da Saúde que só tem engenheiros e pessoal de alta escala, como o pessoal do fundão do Ipiranga, que é das periferias, todo mundo participou no CEU, Secretário, foi o momento mais rico que teve na discussão da cidade. Hoje nós voltamos à discussão do Plano Diretor e não podemos levar o povo para discutir o que vai resolver para nossa cidade. Como é que vai ser implantado novamente as coisas para nossa cidade? E nós precisamos do nosso povo. Eu acho que no bairro que o senhor mora que a população também participa da discussão do Plano Diretor, é uma coisa muito rica da nossa cidade. Quero dizer agora, nesse momento não, mas queremos discutir sim, claro que queremos discutir, mas não podemos deixar morrer. Guilherme, quero fazer uma proposta para vocês, que daqui um ou dois meses nós voltemos com os Conselheiros novamente a discutir o Plano Diretor, como vamos encaminhar, para quando voltar ao normal, que as pessoas tenham tomado vacina, que já temos a situação bem adiantada, voltar sim a discutir, deixar preparado para quando voltar discutirmos com a população. Obrigada, Guilherme. Boa sorte com o Plano Diretor, Secretário e todos os companheiros. **Sr. André:** Então, sobre a questão do Plano Diretor, nós temos várias situações delicadas. Primeiro, o nosso povo, os movimentos sociais, não têm o mesmo acesso à internet como pessoas da classe média, classe média alta, os profissionais intelectuais e demais membros da sociedade civil, é um povo carente, que mora em sua grande maioria na periferia, e mesmo aqueles que moram na área central têm uma dificuldade financeira para acesso à internet. E outra mais, nós do Conselho Municipal de Habitação, um dos principais Conselhos setoriais da cidade de São Paulo, senão o maior e mais combatível, nós através do Plano Diretor e Sistema de Planejamento Urbano não estamos ouvindo sobre a metodologia da discussão, apesar de ser uma consequência do CMPU, para o CMPU hoje, quando ele debateu essa questão não tinha a representatividade da sociedade civil, tanto é que nós na última reunião escolhemos dois membros do CMH, então o CMH ficou sem representação, sem voz, estamos pegando uma conversa no meio do caminho, estamos entrando em uma estação de trem no meio da viagem. Tanto isso é verdade, o desprestígio que está tendo do CMH, com todo o respeito que tenho ao Guilherme, e agradeço a deus pela vida e presença do Guilherme aqui nessa reunião, mas o próprio Secretário executivo acabou ressaltando que o Secretário Titular, o presidente do CMPU, não está presente na reunião, então isso gera um desprestígio, o próprio presidente do CMH não está mais presente na reunião. Então isso é uma falta, não quero que leve a mau o que vou falar, de consideração. Outra questão também bastante importante, existe uma correlação de força dos movimentos, que a grande força está na participação presencial, na educação que são os atos, isso é uma educação cívica para o militante do movimento social, participar do planejamento urbano da cidade, ajudar na propositura das demandas, eu vou dar um exemplo muito claro, o artigo 15 e 16 do Plano Diretor Estratégico coloca como área rural duas macro áreas, onde é muito difícil você fazer organização fundiária, então essa discussão tem que ser feita com bastante atenção, com bastante carinho e com participação popular, principalmente dessas famílias que moram aí e estão desassistidas de qualquer plano habitacional. Outra questão, nós teríamos a Conferência Municipal de Habitação, que foi adiada, então agora não é o momento, nós estamos num decreto de calamidade pública, tanto a nível Federal quanto a nível Estadual, como a nível Municipal, então acho que nesse momento, e também pela falta da discussão da metodologia, o momento agora é incabível. Então estamos solicitando a suspensão dessa discussão, primeiro porque não houve discussão da metodologia, segundo pelo grave estado da Covid-19, em que aconteceu um empobrecimento da população, boa parte das pessoas está desempregada, sem acesso à internet, sem acesso à banda larga muito menos, pessoas que estão numa situação, moradores de rua, isso multiplicou por 2 ou 3, então nesse momento, até para evitar uma batalha judicial no futuro, porque quem tem pressa, a esperteza engole o esperto. Então acho difícil isso acabar bem porque não começou bem, porque não respeitou o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade. Então eu peço aos colegas, que nós possamos unir forças e dentro de uma razoabilidade pedir a suspensão para o Prefeito da capital, porque existe justificativa para isso, através desses decretos de calamidade pública, porque não é o momento. No momento agora o povo está lutando por sobrevivência, no momento o povo não tem nem cabeça para discutir isso, então eu agradeço a oportunidade e espero que o bom senso venha a prevalecer nessa situação. **Sr. Alcides:** Sem prejuízo de toda a manifestação do André, só informar que o Secretário César, que é o presidente da CMPU se colocou à disposição conforme proposto inclusive pelo Guilherme de uma reunião extraordinária para poder dialogar conosco, temos que entender as impossibilidades e louvar a disponibilidade de em um segundo momento unirmos esse colegiado para discutir com ele. o restante que o André falou é obviamente a posição dele, nós respeitamos naturalmente. **Sra. Jomarina:** Boa tarde, tenho a agradecer ao Guilherme, ao Alcides e todos os nossos companheiros conselheiros. Quero falar que os conselheiros foram muito felizes nas falas quando dizem não a essa aprovação do Plano Diretor e estou de acordo com todos, porque realmente nesse momento há dificuldade da comunicação, porque todos nós, eu moro aqui na região central, mas todos nós trabalhadores de baixa renda temos muita dificuldade ao acesso a uma boa internet, nós éramos muito fãs do meio de comunicação, da Tim, mas ela está muito complicada, então acho que as famílias que têm um pouquinho de internet é para as crianças entrarem numa aula, que a maior dificuldade, uma das perdas muita grandes que estamos tendo com nossas crianças, a falta da aula presencial, e essa virtual não está contribuindo para nada. Eu estou de acordo com todas as nossas companheiras, não vou me estender muito, mas é isso mesmo, temos que lutar pelos nossos interesses também, interesses das famílias e de nós trabalhadores de baixa renda, porque nesse exato momento todos nós do movimento social estamos nessa correria para ver se conseguimos a cesta básica para nossos grupos e está muito difícil, e nesse exato momento o que mais nos interessa é a vacina no braço e a comida no prato, porque enquanto toda a população não estiver vacina, todos nós estamos correndo risco, até quem já tomou a segunda dose está no risco. Era isso que eu tinha para falar, agradeço a todos vocês. **Sr. André:** Eu posso ler nossas demandas aqui? Como estou com a garganta meio ruim, vou pedir para o Tonhão, nosso companheiro da FACESP, para ele poder ler nossa demanda aqui. **Sr. Antonio:** A pauta hoje continha essa questão do Plano Diretor, nós fazemos parte de um apêndice de 500 entidades que têm contrariedade com a realização desse processo nesse momento da pandemia, mas nós tínhamos outras demandas, por isso fizemos esse ato na porta da COHAB. Então vou ler rapidamente, até para não atrapalhar a reunião dos nossos amigos conselheiros. Aqui dizemos o ponto primeiro, o seguinte: "Suspensão da discussão do plano diretor durante a pandemia, suspensão das reintegrações de posse, ações de demolição de resistências, remoções administrativas e judiciais durante estado de calamidade pública pela Covid-19. 3, desapropriação por interesse social do terreno em área de ZEIS situado na Avenida do Estado, 7000, Cambuci, na ocupação Porto Príncipe. 4, maior investimento num verdadeiro programa de urbanização, regularização fundiária e das edificações com devida assistência técnica. 5, ampliação do auxílio aluguel, garantia da correção dos valores segundo a inflação, com revogação da Portaria da Secretaria Municipal de Habitação 131 de 2015 e garantia de recursos para construção de habitação de interesse social por meio do orçamento municipal, FMH, FUNDURB, manutenção dos recursos providos das outorgas onerosas e outras fontes de recurso". Nós vamos encaminhar para o senhor em forma de ofício esse documento para que o senhor avalie e possamos nos próximos dias ter uma agenda para discutir esses temas. **Sr. Guilherme:** Obrigado, Secretário Junior, agradeço as falas de todos os conselheiros e conselheiras, todas estão anotadas, vou encaminhar todas elas ao gabinete do Secretário César Azevedo, está certo? Vou fazer um comentário amplo sobre a tônica que apareceu em todas as falas, da preocupação nobre com a participação nesse período que é muito delicado de pandemia. O que posso falar nesse momento é que existe um esforço da Secretaria para que o acesso seja amplo, da internet seja amplo, existe uma preocupação em estruturar esse acesso, mas de qualquer forma, para que se garanta o acesso à internet, mas que a participação seja feita de forma híbrida também, com distanciamento social em reuniões presenciais, em audiências presenciais também, então com acesso à internet e com reuniões presenciais. Essa é a ideia das audiências, das formas de participação, é o que a Secretaria está tentando implementar, logo mais isso vai ser divulgado e vai estar claro para toda a população, está bom, pessoal? Mas de qualquer forma, toda a reivindicação de vocês, inclusive já temos conhecimento sobre as 500 unidades que assinam como a Frente São Paulo pela Vida e estamos levando isso em consideração também, já está no gabinete do Secretário, por isso a nossa preocupação em garantir toda a segurança nesse processo, está bom? Todas as falas tiveram essa tônica, mas eu gostaria de destacar também uma questão que foi feita pelo Darci Costa, se temos um diagnóstico do plano diretor e quais os pontos a serem revisados. Nós vamos apresentar um diagnóstico nas próximas semanas, peço para acessar aquele site que mostrei no início, que é planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br, vou escrever no chat, lá tem o cronograma desse processo de revisão intermediaria, onde também estão descritos a previsão dos meses onde se darão as audiências, as oficinas, então o diagnóstico amplo vai ser divulgado e os pontos serão observados a partir desse diagnóstico, está bom? Isso é parte também, já respondendo à questão do André Araújo, sobre a metodologia, eu agradeço bastante o questionamento, André, mas estamos primeiro desenvolvendo o diagnóstico do que foi implementado, do que identificamos que não foi implementado, justamente para ter um parâmetro para saber como trabalhar essa revisão, então a partir desse diagnóstico que vai ser publicado nós vamos começar os trabalhos e vocês também vão poder fazer as contribuições de vocês a partir desse diagnóstico e trazer as que eventualmente não vão estar lá, mas que vocês também podem participar, como toda a população. Eu acho que das questões que foram pontuadas, são todas muito relevantes, é o que eu falei, vou encaminhar todas para o Secretário, está tudo documentado, peço inclusive para esse ofício, não sei quem falou, eu não peguei o nome da pessoa que falou junto com o André, para ele encaminhar esse documento também para a SMUL, para a nossa Secretaria, porque queremos ter conhecimento dele também. E do outro documento que foi mencionado, da Defensoria Pública, eu tenho quase certeza que quem falou foi o Nunes, eu acredito que já esteja conosco, Nunes, mas por segurança peço que nos envie novamente para o gabinete da Secretaria, para termos acesso a esse documento. é isso, pessoal, a Secretaria continua à disposição, vamos provavelmente ter aí no futuro uma oportunidade de discutir com o Secretário esse processo de revisão do Plano Diretor e estamos abertos às necessidades de reunião, de forma híbrida, presencial, nós atendemos. Secretário Junior, volto a palavra então, agradecendo imensamente a participação. **Sr. Alcides:** Imagina, Guilherme, eu que agradeço sua disponibilidade para dialogar conosco, para ouvir o pessoal, é importante esse momento de ouvir os movimentos que são diretamente interessados nessa revisão que estamos propondo no Plano Diretor. Eu queria só deliberar aqui com vocês essa proposta de encaminhamento que foi feita pelo Guilherme de uma reunião extraordinária com a presença do Secretário César, internamente nós articulamos aqui com ele, para ele poder vir apresentar um pouco desse desenvolvimento da revisão do plano diretor, e obviamente ouvir todo mundo aqui nesse Conselho, se todo mundo estiver de acordo nós encaminhamos essa deliberação aqui e daqui a pouco convocamos essa reunião extraordinária para esse diálogo com o Secretário César. Podemos encaminhar essa deliberação? **Sra. Fátima:** Assim, Guilherme, não se trata da questão de internet ou o presencial, se trata que nós estamos em uma pandemia, nós estamos com famílias morrendo todos os dias, eu falo aqui não em toda a cidade de São Paulo, mas estamos perdendo muitos companheiros e companheiras, não é só a questão da internet e presencial, a questão que estamos em uma pandemia e não podemos colocar a vida das pessoas em risco. Quando você fala que pode se reunir presencialmente algumas pessoas e pessoas pela internet, nós estamos pegando as famílias e falando assim: vamos para lá participar. Só que você não sabe quem dali está contaminado, quem dali pode contaminar um, dois, três, quatro, cinco. Nós queremos que todo mundo esteja vacinado e que vá para a reunião com segurança. Então isso você tem que levar para o Secretário, porque não é isso que estamos colocando. Estamos colando que não queremos o Plano Diretor discutido no momento da pandemia, é isso que estamos colocando agora aqui, é isso o que você tem que levar, porque é isso que estamos discutindo, não é questão de eu tenho internet, vou participar pela internet, meu vizinho não tem, ele vai para lá. Quer dizer que meu vizinho vai para lá e pode ter o risco de contaminação, tanto no ônibus, no meio do caminho, ou mesmo até chegar lá. Então é isso o que estamos colocando. Obrigada, Secretário. **Sr. Alcides:** Fátima, o Guilherme se posicionou que vai levar todas as reivindicações que foram apresentadas, mais do que isso, ele colocou que eles estão pensando em modelos que garantam o distanciamento social, segurança do cidadão que vai participar com todos os protocolos e vão apresentar isso para vocês e para a sociedade, então é mais isso o que ele disse, mas garantiu que está levando para o Secretário todas as manifestações de vocês. O que você já tinha dito ele entendeu bem e está levando essa manifestação para o Secretário. **Sra. Mariza:** Olha gente, não está tudo bem, sabe Guilherme, você fala que está tudo bem, não está tudo bem, as pessoas estão com medo de sair na rua, até porque nem todas foram vacinadas. Assim, nossas famílias que estão dentro do movimento de moradia não estamos nem fazendo assembleia com elas, preocupadas justamente com essa situação que estamos vivendo, por mais que vamos falar que vamos ter cuidado, vamos manter todo o afastamento possível, é com a vida humana das famílias nossas que estamos trabalhando. Estamos pedindo, enquanto representantes das entidades, participando do conselho, para adiar a audiência pública do Plano Diretor e quando todo mundo estiver vacinado e protegido, que isso aconteça até o final do ano, todo mundo seja vacinado, para no início do ano que vem começarmos a pautar o plano diretor e começarmos a ter as audiências asseguradas com todas as nossas famílias participando. Então é isso o que precisamos que todos vocês, principalmente do poder público, entendam, a situação que estamos vivendo nesse país, que não há condições necessárias nesse momento de fazer audiência pública. Depois, Alcides, eu queria que você desse uma olhada no e-mail que eu reenviei. Não dá tempo de falar sobre as famílias do Quilombo, mas eu queria falar outro assunto e você chamou o Guilherme para apresentar, dá uma olhada no e-mail que eu mandei, que eu reenviei. **Sr. Nunes:** Eram só duas dúvidas, na verdade, acho que vai ser bem rapidinho aqui. A primeira, sobre a proposta de encaminhamento, o Secretário César viria para dialogarmos sobre esses pontos, essas preocupações que estamos colocando aqui, ou já seria para debater algum ponto da revisão em si? A outra dúvida era só, acho que o Guilherme responde, eu não entendi essa coisa que você falou no começo, é uma revisão preliminar, um processo preliminar, eu não sei se é esse o nome que você usou antes, mas usou um termo parecido assim, mas não é o que aparece aqui no cronograma, no cronograma que está aqui já está com a proposta de elaboração, de envio, o último item é o envio da minuta final à Câmara Municipal, eu não entendi o que é essa coisa de proposta intermediária, preliminar, do PDE que você falou no comecinho. **Sr. Guilherme:** Só para esclarecer, Mariza, Fátima, todas as reivindicações vão ser encaminhadas ao Secretário, todas elas, fiquem tranquilas. Nunes, quanto ao que o Secretário viria, ainda acho que ele deve vir logo, então não seria um ponto de apresentação da revisão em si, mas sim de mostrar o que conseguimos alcançar, dos diagnósticos, de repente mostrar as propostas da participação das oficinas, para esclarecer alguns pontos que foram tratados nessa reunião, mas não em si aos pontos da revisão ainda, porque estamos na etapa de diagnóstico. **Sr. Alcides: Para poder ouvi-los também, Guilherme. Sr. Guilherme:** Com certeza, para ter esse diálogo, é muito importante. Nós falamos revisão intermediária, Nunes, porque esse plano diretor começou em 2014, mas tem vigência até 2029, são 15 anos, mas no próprio texto da lei prevê uma revisão intermediária, isso quer dizer que vai gerar um projeto de lei que vai ser encaminhado para a Câmara para fazer uma revisão dos pontos que têm que ser observados, têm que ser aprimorados, mas não quer dizer que vamos fazer um novo plano diretor, é um atendimento do dispositivo do próprio plano diretor de 2014 que tem vigência até 2029. Então é isso, agradeço a todos os Conselheiros e Conselheiras pela participação. **Sr. Alcides:** Obrigado, Guilherme, obrigado a todos. Então eu vou encaminhar um pedido de uma reunião extraordinária com a participação do Secretário para ele poder ouvir todos vocês, foi até o que o André disse, da possibilidade de o próprio Secretário ouvir as reivindicações de vocês, vocês também ouvirem um pouco do que ele está pensando, do que a Secretaria está construindo, lógico que o Guilherme está levando essas manifestações de vocês, mas eu acho importante também esse diálogo de vocês diretamente com ele. Certo? Queria agradecer mais uma vez a presença de todos, sempre muito participativos aqui, os Conselheiros cada vez mais, e por essa participação nós conseguimos rapidamente aprovar o Pode Entrar, eu fiquei muito feliz ontem, na verdade na terça-feira, quando eu fiquei sabendo que ia ser pautado para aprovação em primeira votação. Pessoal, agradeço vocês, vamos passar para vocês todo o acompanhamento agora do Pode Entrar, cada passo que for agendado lá vamos enviar no e-mail dos conselheiros, audiência pública e tal para poder participar, essa Reunião Extraordinária em breve agendamos, vou alinhar com o Secretário César, os outros encaminhamentos que foram dados aqui, a reunião da COHAB e as outras solicitações nós também daremos retorno em breve para todos. **Sr. Nunes:** Só uma última coisinha, Junior, rapidinho. Você tinha falado em algum momento que na semana que vem vai chamar uma nova reunião do GT para retomarmos a discussão do Pode Entrar, da regulamentação? **Sr. Alcides:** Foi uma sugestão do Secretário Orlando, eu combino com o GT, está bom?

Sr. Nunes: Outro assunto, mas vou aproveitar que está todo mundo aqui. Aquela situação do Recanto da Felicidade. Vocês vão pautar na Reunião da Executiva? Lembra que tinha ficado de vocês fazerem um parecer? **Sr. Alcides:** Sim, cobrei há poucos dias. O Nilson teve que sair, ele já me avisou, ele não está aqui, mas eu cobrei, que ficou na produção do voto. Não é? **Sr. Alcides:** E depois pelo que entendi no diálogo dele com a Ana Maluf, que está de férias, por isso ela não está presente hoje, nós devemos deliberar isso no Conselho Executivo. Informo também, Nunes. Estou anotando aqui, envio depois para eles darem um retorno para você. **Nada mais havendo a tratar Senhor Secretário Alcides Fagotti Júnior encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

-oOo-

SEHAB/GABINETE

SEI : 6014.2019/0003666-8
Interessada: Maria do Socorro Souza Soares
DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI nº 050917541, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, determino o pagamento do benefício do Auxílio Aluguel a munícipe Maria do Socorro, CPF - 089.***.***-**, com fundamento no art. 2º,I da Portaria SEHAB nº 131/2015, com efeitos retroativos, aos meses de setembro/2019 a fevereiro/2020.

COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF-G

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE: VILSON PONTES DE OLIVEIRA, JOÃO JULIO DE SOUSA E S/M MARIA JACY DOS SANTOS, MARIA JOSE DE OLIVEIRA,

RUBENIQUE PEREIRA DA SILVA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, por meio de sua COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito de suas atribuições dadas pelo Decreto nº 57.915, de 05 de outubro de 2017, FAZ SABER a todos os relacionados no presente EDITAL ou que dele tiverem conhecimento que a Coordenadoria de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, do Provimento nº 56 da Corregedoria Geral de Justiça deste Estado e do Decreto Federal nº 9.310/2018, em continuidade aos procedimentos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA da área pública municipal conhecida como **CAMPO LIMPO C, tratada no processo administrativo P.A 2010-0.116.526-4,** com origem na Matrícula nº 237.376 do 11º Registro de Imóveis de São Paulo/SP, com localização atual na Rua Nova Tuparoquera, e, que confronta com imóvel de propriedade de **VILSON PONTES DE OLIVEIRA,** titular do imóvel na Matrícula nº 118.116 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP e responsável pelo SQL nº 165.143.0411-6; **JOÃO JULIO DE SOUSA e s/m MARIA JACY DOS SANTOS e MARIA JOSE DE OLIVEIRA,** titulares do imóvel na Matrícula nº 179.805 do 11º Registro de Imóveis da Capital, São Paulo/SP; **RUBENIQUE PEREIRA DA SILVA,** com endereço na Rua Paulo Lemore, 11 - Jardim São Luís, responsável pelo SQL nº 165.143.0396-9. Ficam, portanto,

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

terça-feira, 31 de agosto de 2021 às 05:00:27